

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Título: O PNAE como mecanismo de desenvolvimento local e alternativa de enfrentamento à baixa qualidade nutricional e aos desertos alimentares

Autora: Paula Kariny de Souza

Orientador: Fernando Burgos Pimentel dos Santos

São Paulo – SP

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo!

Este trabalho é resultado da contribuição de muitas pessoas, às quais sou muito grata e, quero aqui, expor essa gratidão, pois elas fizeram com que essa pesquisa deixasse de ser um sonho e se tornasse realidade.

Aos meus pais, Telma e José, principais responsáveis pelo meu interesse em estudar questões alimentares, por todo amor e motivação. À minha irmã, Ester, que assim como eu, estudou em escola pública e sempre se expressou sobre a importância da alimentação escolar. À minha avó, Maria Generosa, que me inspira com toda sua determinação. À minha família, pelo encorajamento.

Ao meu orientador, Fernando Burgos, responsável pelo desejo em estudar agricultura familiar, pela presença, ensinamento e apoio. Aos professores Eduardo de Rezende Francisco, Fernando Nogueira, Luis Paulo Bresciani e Zilma Borges, pela disponibilidade, permitindo que eu conseguisse o contato de pessoas que puderam contribuir muito para este trabalho. O mesmo para a pesquisadora, Lya Porto, e para Valéria Maria Macoratti, presidente da Cooperapas.

À parte da equipe da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE), da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Luiz Bambini e Livia da Cruz Esperança, pela abertura e empenho para que eu obtivesse as informações necessárias. À vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de São Paulo e diretora da EMEF João de Ferraz, Márcia Fonseca, pelo empenho em mostrar o todo funcionamento do CAE e me receber na escola em que trabalha.

Ao CNPq e ao FGVpesquisa, pela oportunidade de fazer essa Iniciação Científica.

Título: O PNAE como mecanismo de desenvolvimento local e alternativa de enfrentamento à baixa qualidade nutricional e aos desertos alimentares

RESUMO

Este trabalho analisou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como um mecanismo para gerar desenvolvimento local através da compra de alimentos da agricultura familiar, bem como a sua capacidade para assegurar uma alimentação nutritiva aos alunos da rede municipal de educação de São Paulo para que se possa mitigar casos de alunos em situação de baixa qualidade nutricional ou vivendo em um deserto alimentar.

Para que essa análise pudesse ser feita, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (MAY, 2004) com gestores da Prefeitura, diretores escolares, merendeiras, agricultores familiares, membros do Conselho de Alimentação Escolar, responsáveis pelo 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, com pesquisadores sobre Agricultura Urbana e sobre o PNAE e com pessoas ligadas à indústria alimentícia.

Além disso, o trabalho de campo foi realizado em todos os espectros vinculados ao tema deste trabalho. Assim, acompanhei a reunião dos agricultores familiares da Cooperapas, na Prefeitura Regional de Parelheiros, onde se localiza a Casa de Agricultura Ecológica, uma reunião do Conselho de Alimentação Escolar e foram realizadas visitas a escolas municipais da Zona Sul.

Como resultado, conclui-se que o PNAE contribui para o desenvolvimento local, com certas limitações por conta do processo burocrático e da cota máxima autorizada a ser comprada por agricultor. Além disso, pôde-se observar que o PNAE auxilia no enfrentamento à baixa qualidade nutricional e aos desertos alimentares, mas apresenta alguns aspectos que precisam ser revistos para evitar desperdício e assegurar a aceitação dos alunos aos alimentos.

Palavras-chaves:

PNAE, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local, Alimentação Escolar, Desertos Alimentares.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E OS DESERTOS ALIMENTARES: EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	7
3	METODOLOGIA.....	17
4	A RECENTE MOBILIZAÇÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	21
5	OS RESULTADOS SOB O PONTO DE VISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES 24	
6	QUANDO O PNAE CHEGA NAS ESCOLAS	27
7	ALGUNS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AOS DESERTOS ALIMENTARES EM SÃO PAULO	30
8	CONCLUSÃO.....	34
9	REFERÊNCIAS	36
10	ANEXOS	42

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre segurança alimentar tem se tornado cada vez mais presente na agenda política dos governantes. Momentos como a saída do Brasil do Mapa da Fome da ONU, em 2014, marcam uma vitória para assegurar o direito à alimentação para a população em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, considerando a teoria de Sen (2010), essa população rompe uma barreira de privação à liberdade, pois ao conseguir uma nutrição satisfatória, ela consegue realizar atividades cotidianas e consegue se desenvolver, por isso ela é livre. Logo, com uma alimentação nutritiva, há uma expansão das capacidades das pessoas.

Vale ressaltar que outro aspecto importante nessa discussão é o crescimento do consumo de alimentos ultraprocessados, indo na direção oposta da recomendação feita pelo Guia Alimentar para a população brasileira, que aconselha o consumo majoritário de alimentos in natura e pouco processados e minoritário de alimentos ultraprocessados. Todavia, existe a possibilidade que parte da população consuma tantos alimentos ultraprocessados porque vive em uma situação de deserto alimentar, em que não tem acesso a alimentos saudáveis.

Em contrapartida, há o cenário da agricultura familiar, que produz esses alimentos saudáveis, mas enfrenta diversos obstáculos para se desenvolver. A carência de oportunidade econômica também se define como uma das principais fontes de privação à liberdade. Com isso, de um lado se tem pessoas que carecem de alimentação saudável, vivendo em um deserto alimentar e, do outro, há a agricultura familiar, que justamente produz esses alimentos, mas com significativa dificuldade e, muitas vezes, pouco reconhecimento.

Uma forma de se comprovar a relevância das questões alimentares é pela Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 (POF), que passou a investigar o tema da insegurança alimentar. Como também, com a Lei 13.666/18, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Nesse sentido, a discussão sobre alimentação tem se tornado cada vez mais presente nas escolas, evitando-se utilizar a palavra "merenda", que carrega uma conotação negativa, de um lanche sem valor nutricional, sendo substituída pela "alimentação escolar".

Assim, considerando a alimentação escolar, é possível analisar questões implícitas, incluindo ainda um pensamento de longo prazo. Ou seja, ao fornecer uma alimentação nutritiva aos estudantes - especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade ou que vivem em desertos alimentares – permite-se que eles supram necessidades básicas, possam aprender e se desenvolver. Isso sem mencionar a prevenção de doenças ligadas a uma má alimentação, o que significaria economia para a saúde pública.

Além disso, com a Lei 11.947/09, torna-se obrigatório utilizar 30% dos repasses do FNDE destinados a compra para alimentação escolar, para a compra da agricultura familiar. Com isso, o agricultor familiar possui uma fonte de renda garantida, que permite sua permanência no campo e possibilita buscar novas formas de investimento para se desenvolver.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a capacidade de desenvolvimento da agricultura familiar e de enfrentar a baixa qualidade nutricional e os desertos alimentares através do PNAE. Para isso, foi feito um levantamento sobre o panorama alimentar e da agricultura familiar em São Paulo, seguido por pesquisas a respeito da definição de desertos alimentares realizadas utilizando como base o referencial teórico dos Estados Unidos, dado que o assunto é pouco discutido no Brasil. Como ainda, entrevistas com pessoas envolvidas nessas pautas e visitas a escolas na Zona Sul, para conversar com a comunidade escolar, e no Extremo Sul, em Parelheiros, para conversar com agricultores familiares da Cooperapas, que em 2018 tornou-se uma cooperativa fornecedora de hortaliças para a alimentação escolar da rede municipal de educação.

Este trabalho está dividido em: teoria, métodos, resultados e conclusão. Na teoria, serão apresentados os assuntos relacionados a agricultura familiar no Brasil e em São Paulo, bem como o panorama alimentar neste município, e no que se constitui um deserto alimentar, sob a perspectiva da literatura norte-americana. Em métodos, a metodologia para a pesquisa e trabalho de campo será exposta, justificando a focalização na Zona Sul e onde foi feita a pesquisa exploratória. Em resultados, buscou-se demonstrar as principais contribuições das entrevistas e do trabalho de campo, separando as contribuições sobre agricultura familiar, alimentação escolar e desertos alimentares em diferentes tópicos. Por fim, na conclusão haverá a síntese das principais contribuições feitas para este trabalho.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E OS DESERTOS ALIMENTARES: EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A agricultura familiar é caracterizada pela gestão familiar da propriedade, onde a mesma trabalha e reside, sendo a atividade agropecuária a principal fonte de renda. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, se considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do mesmo (BRASIL, 2006). O principal mecanismo de apoio à agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, sendo possível acessar linhas de crédito. Para tanto, é necessário possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP foi criada com o objetivo de identificar e qualificar o agricultor familiar e permitir acesso às políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais mecanismos auxiliam uma categoria que representa a base econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes e que absorve 40% da população economicamente ativa (BRASIL, 2016).

Nove em cada dez das 570 milhões de explorações agrícolas no mundo são administradas por famílias, classificando a agricultura familiar como a forma predominante de agricultura e, como consequência, um forte agente de mudança para atingir a segurança alimentar e erradicar a fome. Do ponto de vista ambiental, constatou-se que a agricultura familiar é responsável por cerca de 75% dos recursos agrícolas do mundo, além de, em certos casos, não possuir capacidade produtiva para garantir a própria subsistência. Assim, a agricultura familiar enfrenta um triplo desafio: (i) produzir a quantidade necessária para garantir a segurança alimentar e nutricional da população; (ii) ser sustentável para proteger o planeta e a própria capacidade de produção; (iii) produtividade suficiente para garantir a própria subsistência e para sair da pobreza. Entretanto, atualmente, em países em desenvolvimento, muitas famílias rurais de pequenos produtores, têm obtido a maior parte do seu rendimento através de atividades não agrícolas (FAO, 2014).

O processo de modernização agrícola, conhecido como Revolução Verde, foi implementado no Brasil a partir da década de 1960, através de monoculturas, da transgenia e de agrotóxicos. Historicamente, há uma divisão entre os grupos ligados ao agronegócio e à exportação de produtos agrícolas, como também, a existência de uma luta pela justiça social no campo. No município de São Paulo, a agricultura esteve sempre presente, mas com a urbanização ela passou a predominar nas regiões periurbanas, principalmente no extremo Sul,

em Parelheiros e Marsilac, como na Zona Norte, na Serra da Cantareira, em Perus, e também no extremo Leste da cidade (PORTO, 2017).

Desse modo, torna-se necessário mecanismos que auxiliem a agricultura familiar, tais como o PNAE. O PNAE é o mais antigo Programa de alimentação e nutrição do país e o maior de alimentação escolar gratuita do mundo. As primeiras informações sobre distribuição de alimentação escolar no Brasil são do final do século XIX, mantidas por instituições filantrópicas e comunidades. O primeiro modelo do que, um dia, seria conhecido como PNAE foi criado em 1954, sendo primeiramente implementado em alguns municípios e depois passou por um processo de nacionalização e centralização, sendo na década de 1990 o processo de descentralização e municipalização do PNAE (ABREU, 2014). Esse processo de descentralização, em 1994, está ligado à rejeição à centralização e de fortalecimento do municipalismo, cuja discussão estava sendo realizada na Assembleia Nacional Constituinte em 1987-88. Todavia, como histórico do PNAE se vincula à saúde desde sua criação, o mesmo tem sido mantido à margem dos debates federativos no âmbito do Ministério da Educação. Assim, o que tem ocorrido é uma exigência federal para que os municípios atuem através do processo "*bottom-up*", mas isso ocorre a partir de um outro processo "*top-down*" (BONDUKI, 2017).

Uma mudança significativa para o mesmo ocorreu com a entrada em vigor da Lei nº 11.947/2009, a mesma determinava que, a partir de 2010, no mínimo 30% do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deveriam ser utilizados para a compra de alimentos diretamente adquiridos da agricultura familiar, tendo prioridade os assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Além do PNAE ter se tornado um mecanismo para diminuir a pobreza e a desigualdade no meio rural, o mesmo tem auxiliado o desenvolvimento regional através da compra de produtos da agricultura familiar. Entretanto, o PNAE ainda possui limitações na tentativa de incluir produtores mais frágeis. Dentre alguns desafios de implementação do mesmo estão: (i) vontade política; (ii) resistência de alguns gestores preocupados com a qualidade dos alimentos adquirido através da Chamada Pública; (iii) capacidade produtiva e logística dos agricultores; (iv) adaptação às exigências sanitárias; (v) dificuldade de estabelecer preços dos alimentos e de armazenar os alimentos perecíveis nas escolas (ABREU, 2014).

A alimentação escolar passou por muitas mudanças desde sua institucionalização, com uma crescente preocupação sobre o valor nutricional dos alimentos que eram oferecidos às crianças. Há casos em que as crianças moram na zona rural e levam cerca de uma hora para

chegar à escola, sendo necessário oferecer às mesmas um lanche antes da primeira aula, mas também recebem outra refeição no horário do recreio. Em outros casos, em que os alunos não se alimentavam e havia uma alimentação mais restrita na escola, com arroz e macarrão durante a semana, havia casos de dores de cabeça e desmaios, o que deixou de acontecer após uma melhora na qualidade nutricional da alimentação escolar (ABREU, 2014).

A alimentação escolar pode ser importante do ponto de vista nutricional, para estudantes que possuem alguma dificuldade de acessar alimentos saudáveis, essa dificuldade pode existir se esses estudantes vivem em um deserto alimentar.

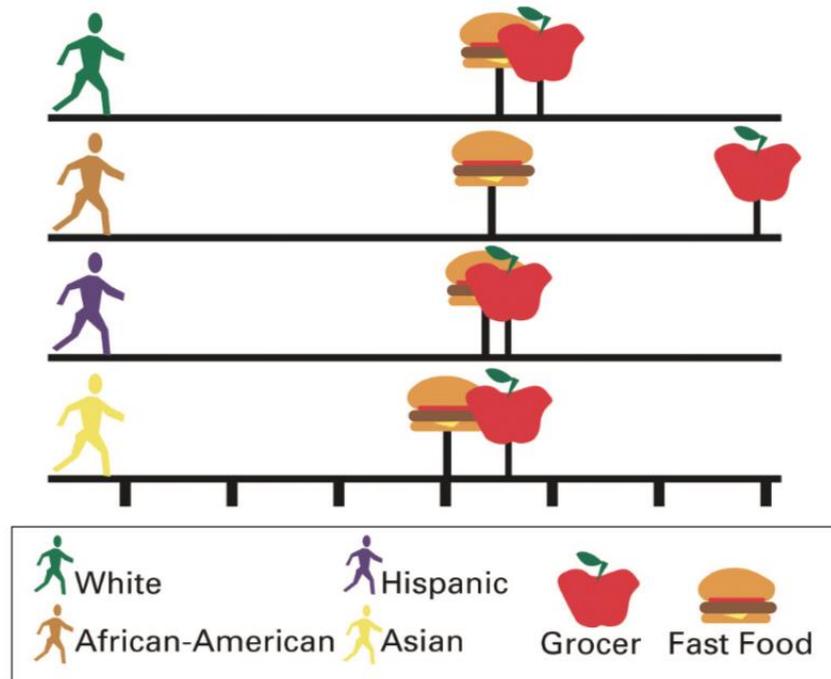
Em 1996, o *Low Income Project*, definiu desertos alimentares como “áreas de exclusão relativa onde pessoas experienciam barreiras físicas e econômicas para ter acesso a alimentos saudáveis” (SHAW, 2006, p. 241, tradução nossa). De acordo com a *Farm Bill* de 2008, deserto alimentar configura-se como uma área com acesso limitado a alimentos nutritivos. Do ponto de vista econômico, a disponibilidade de um alimento depende da interação entre os fatores de oferta e demanda. A demanda possui três determinantes: renda, preço e preferências, enquanto a oferta depende de determinantes como: custos fixos e mão de obra (BITLER ; HAIDER, 2010). A demanda por alimentos saudáveis pode não ser a maior preocupação para famílias em situação de pobreza, que precisam administrar seu orçamento restrito, priorizando custos fixos (como aluguel e energia elétrica) e optam por opções mais baratas, que muitas vezes possuem um baixo valor nutricional (SHAW, 2006).

Assim, regiões com menor concentração de renda podem ser pouco atrativas para vendedores de alimentos in natura, o que dificulta o acesso a esse tipo de alimento para a população local. Para remediar a dificuldade de acesso à alimentos nutritivos, um projeto chamado *Berkeley Open Source Food*, nos Estados Unidos, trabalha com fazendas comunitárias e comerciais e com fornecedores para mercados e restaurantes, criando uma cadeia de suprimentos e um mercado de plantas comestíveis selvagens, para melhorar a nutrição e oferecer ingredientes diferentes aos cozinheiros. Tal iniciativa demonstra que com o conhecimento da biodiversidade, alimentos nutritivos podem ser encontrados nas ruas do meio urbano, mas há um processo de análise de toxidade e um mapa, disponível no *site*, com visão de satélite listando os lugares onde esses alimentos podem ser encontrados (UNIVERSITY OF CALIFORNIA AT BERKELEY, 2017).

Estudos realizados em Chicago, nos EUA, apontam que bairros de baixa renda têm menos acesso a supermercados quando comparados com bairros de alta renda. Além disso, esses estudos identificaram uma diferença de acesso a alimentos saudáveis entre as etnias (figura 1). Assim, afro americanos têm uma certa distância até mesmo do *fast food*, mas essa

distância é quase duas vezes maior para ter acesso a alimentos em uma mercearia (NATIONAL ACADEMIES PRESS, 2009).

Figura 1:



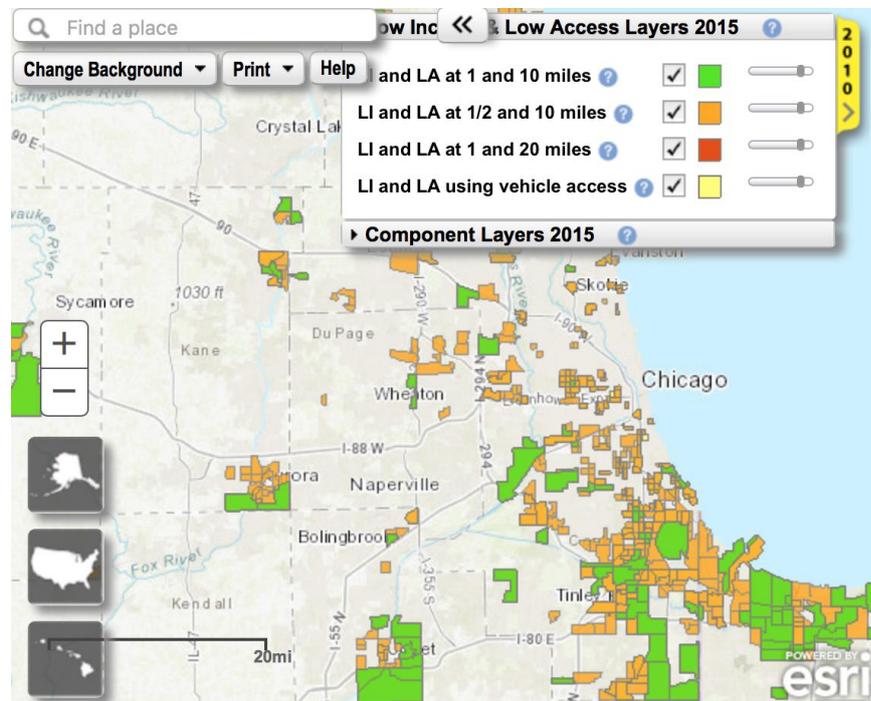
Fonte: (NATIONAL ACADEMIES PRESS, 2009)

Manifestações protestando contra esse tipo de situação ocorreram nos EUA através de um movimento chamado *Grocery Walk*, no qual, em outubro de 2017, manifestantes caminharam para o centro de Anacostia, Washington D.C., até a única mercearia mais próxima, que fica a 45 minutos de caminhada e atende cerca de 70 mil residentes (NATIONAL PUBLIC RADIO, 2017).

Estudos comprovam que uma alimentação rica em frutas e vegetais auxilia na proteção contra doenças cardiovasculares, câncer e diabetes, enquanto o consumo de alimentos ultraprocessados, possivelmente ricos em gordura, sal ou açúcar, podem estar associados ao desenvolvimento de problemas de saúde (SHAW, 2006).

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), possui em seu *site* um "Atlas de Pesquisa sobre Acesso Alimentar" (USDA, tradução nossa). O mesmo compara a acessibilidade aos supermercados, combinando variáveis como baixa renda (*low income*) e diferentes distâncias (1 a 20 milhas), para que se possa analisar onde o acesso é mais restrito (figura 2). No exemplo apresentado, a região analisada é Chicago, dialogando com o diagnóstico da pesquisa feita na mesma região (figura 1).

Figura 2:



Fonte: (USDA, 2017)

Durante a gestão do ex-presidente Barack Obama, surgiu a campanha "*Let's Move*", que tinha como objetivo, combater a obesidade infantil, definindo uma meta de erradicação dos desertos alimentares até 2017 com um investimento de 400 milhões de dólares do governo com foco em fornecer incentivos fiscais para comerciantes abrirem mercados em desertos alimentares (FOOD EMPOWERMENT PROJECT, 2017).

No Brasil, nas últimas décadas, as principais doenças diagnosticadas deixaram de ser agudas e tornaram-se crônicas, pois mesmo com a redução da desnutrição em crianças, a deficiência de micronutrientes ainda atinge os grupos mais vulneráveis da população. Contemporâneo a isso, houve um crescimento considerável no sobrepeso e na obesidade em todas as faixas etárias no Brasil. Desse modo, o Guia Alimentar para a População Brasileira tem como objetivo incentivar uma alimentação mais saudável e, para isso, aconselha que o consumo de alimentos deva ser em sua maioria de alimentos in natura ou minimamente processados, evitando alimentos processados e ultraprocessados. Entretanto, o Guia reconhece alguns obstáculos à essa prática, como: (i) falta de informação; (ii) oferta; (iii) custos; (iv) habilidades culinárias; (v) disponibilidade de tempo para cozinhar; (vi) e publicidade para influenciar o consumo de alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2014).

A Lei nº 11.346/2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) e definiu as bases para a elaboração da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse processo se realizou através da utilização de mecanismos de participação social, com a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e a criação dos conselhos estaduais e municipais congêneres (BRASIL, 2006). Além disso, tendo em vista o que foi expresso na Constituição Federal e na Lei Orgânica, o Decreto nº 7.272/2010 definiu as diretrizes de atuação e o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA (BRASIL, 2010).

De acordo com dados da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a alimentação habitual dos brasileiros é uma mistura da "dieta tradicional", de arroz e feijão, com alimentos ultraprocessados, com altos teores de gorduras, sódio e açúcar e com baixo teor de micronutrientes e alto valor calórico, sendo o consumo de alimentos ultraprocessados entre os mais jovens ainda maior (BRASIL, 2013).

O *New York Times* realizou uma análise de como a *Junk Food* tornou-se parte da rotina alimentar do brasileiro, utilizando como exemplo a venda de produtos da Nestlé, que conta com um exército capaz de chegar aos lugares mais remotos do país. De acordo com essa análise, a Nestlé tem trabalhado para reduzir o sal, açúcar e a gordura de seus produtos, sendo a essência do programa alcançar as pessoas em situação de pobreza. Esta iniciativa foi capaz de proporcionar a segurança alimentar a muitos, mas trouxe como efeito colateral a obesidade, que segundo o chefe de pesquisa e desenvolvimento de alimentos da Nestlé, Sean Westcott, era algo inesperado já que não se sabia qual seria o impacto dessas ações (JACOBS, ANDREW; RICHTEL, MATT, 2017).

No município de São Paulo, o escoamento da produção agrícola apresenta certos desafios ligados ao processo de urbanização. Trata-se de uma região com alta densidade populacional e preservar alimentos frescos e remunerar o produtor de forma justa requer não somente infraestrutura e inteligência logística, mas investimentos financeiros, regulação, articulação e engajamento de múltiplos atores. A baixa disponibilidade e disseminação de informações configuram-se como desafios para criar rotas que cheguem às mesas de toda a população, pois a indústria de alimentos já desenvolveu a capacidade de distribuição de seus produtos, com preços acessíveis, em pontos fora do eixo central urbano. Dessa forma, caso só estejam disponíveis alimentos processados e ultraprocessados para uma região, a mesma configura-se como um deserto alimentar (GVces, 2017).

A partir de 2013, a Prefeitura de São Paulo iniciou o processo de institucionalização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), realizando uma análise do município através do

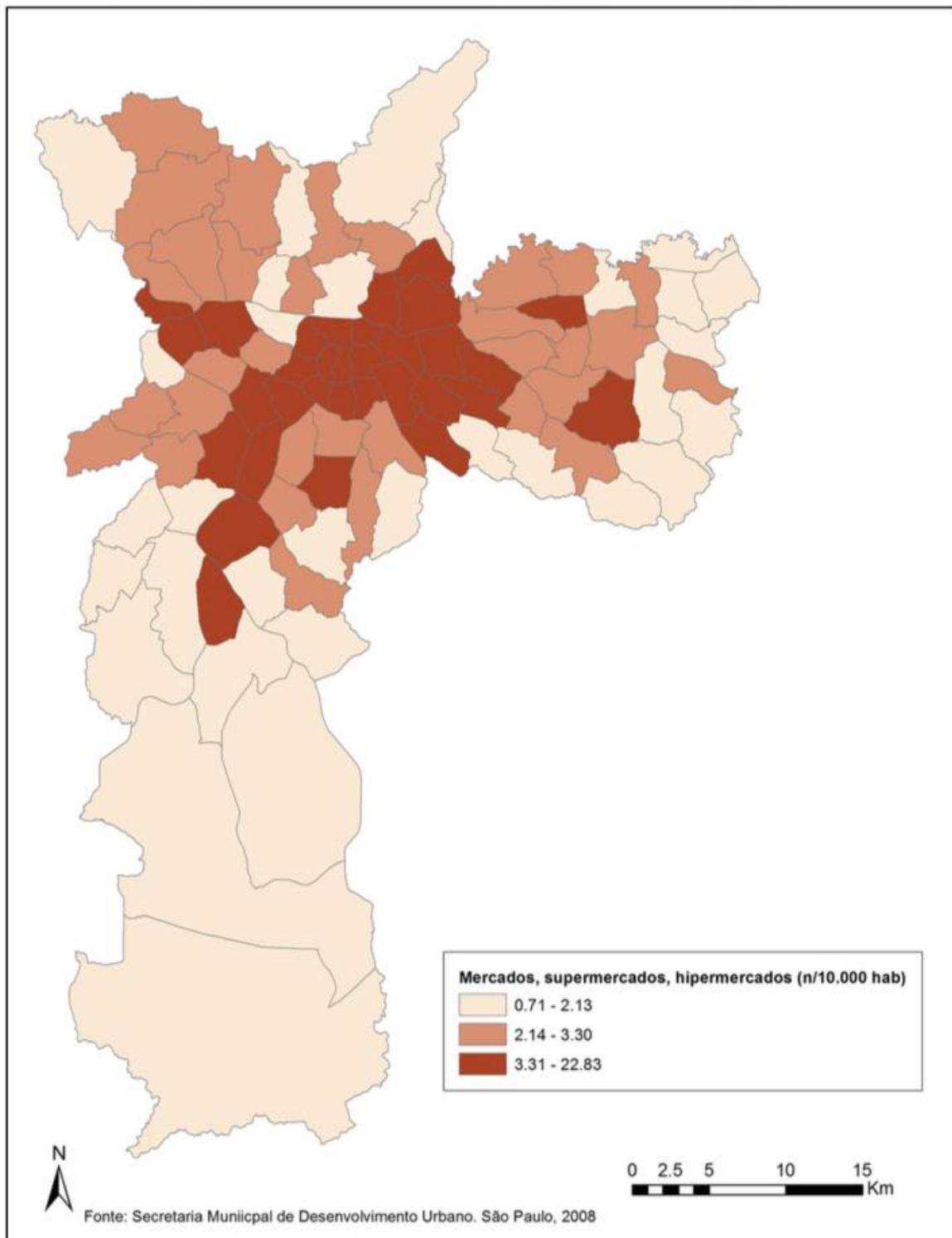
“Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo”, identificando que ainda persistiam desafios a serem enfrentados quanto ao DHAA, como a insegurança alimentar, desigualdade de renda, étnica, de gênero, racial e de concentração de terra (SÃO PAULO, 2016).

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pelo Decreto nº 57.007/2016, definiu o foco para a SAN no município e foi expresso pelo 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo - PLAMSAN (2016/2020), que determinaria como essa Política seria colocada em prática. Neste Plano há um levantamento a respeito do escoamento da produção agrícola, registrando que a Prefeitura estava realizando a implementação de feiras de produtos agroecológicos e orgânicos e estimulando na cidade as feiras da agricultura familiar (SÃO PAULO, 2016).

Duran (2013) apresenta um estudo realizado em 2010-2011 sobre o ambiente alimentar urbano em São Paulo, investigando o acesso a alimentos com vizinhanças de diferentes níveis socioeconômicos, além de buscar uma associação entre o ambiente alimentar local e o consumo de frutas, hortaliças e bebidas açucaradas. Esse estudo permitiu concluir a existência de desigualdades regionais no acesso a alimentos saudáveis, favorecendo as regiões mais ricas. De modo que, o consumo de frutas e hortaliças foi 40% e 26% maior, respectivamente, em bairros onde havia um estabelecimento que ofertava esses alimentos. Além disso, foi apresentado um mapeamento do município, realizado com dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e de grandes redes de *fast food*, contabilizando onde havia a presença de supermercados (figura 3), mercados municipais, sacolões e feiras-livres (figura 4) e onde havia a comercialização de alimentos para consumo imediato, como restaurantes, lanchonetes e bares (figura 5).

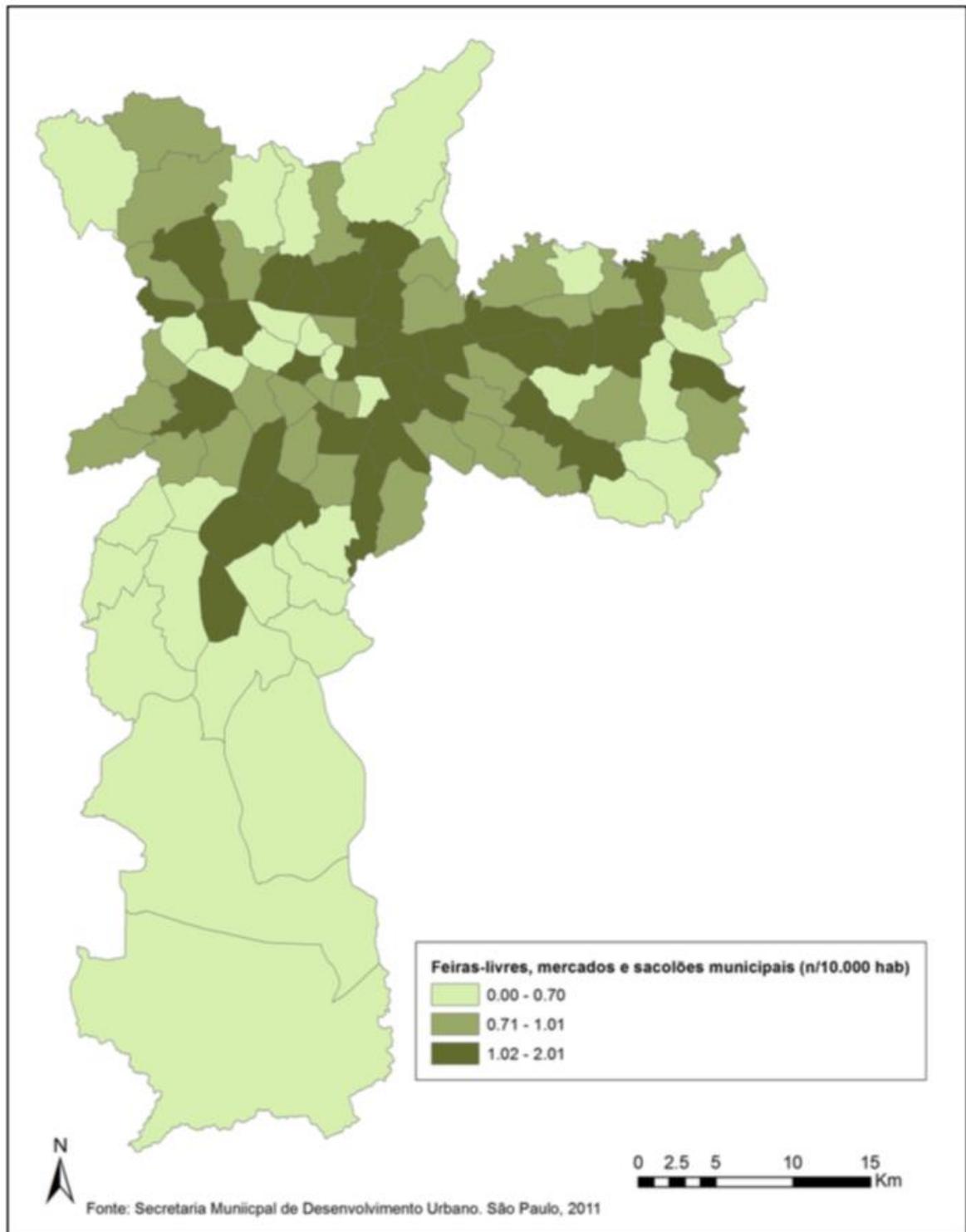
Sen (2010) define fontes de privação de liberdade como: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Assim, esses aspectos seriam empecilhos à expansão das capacidades, pois o indivíduo não é efetivamente livre para realizar suas tarefas e se desenvolver. Desse modo, considerando os obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar e as desigualdades regionais para acesso a alimentos em São Paulo, pode-se considerar a existência de fontes de privação de liberdade, ligadas à carência de oportunidades econômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar e à pobreza que dificulta o alcance a uma alimentação nutritiva, podendo interferir negativamente no desenvolvimento das pessoas.

Figura 3: Distribuição espacial (em tercis) dos hipermercados, supermercados e mercados de menor porte. São Paulo, 2008



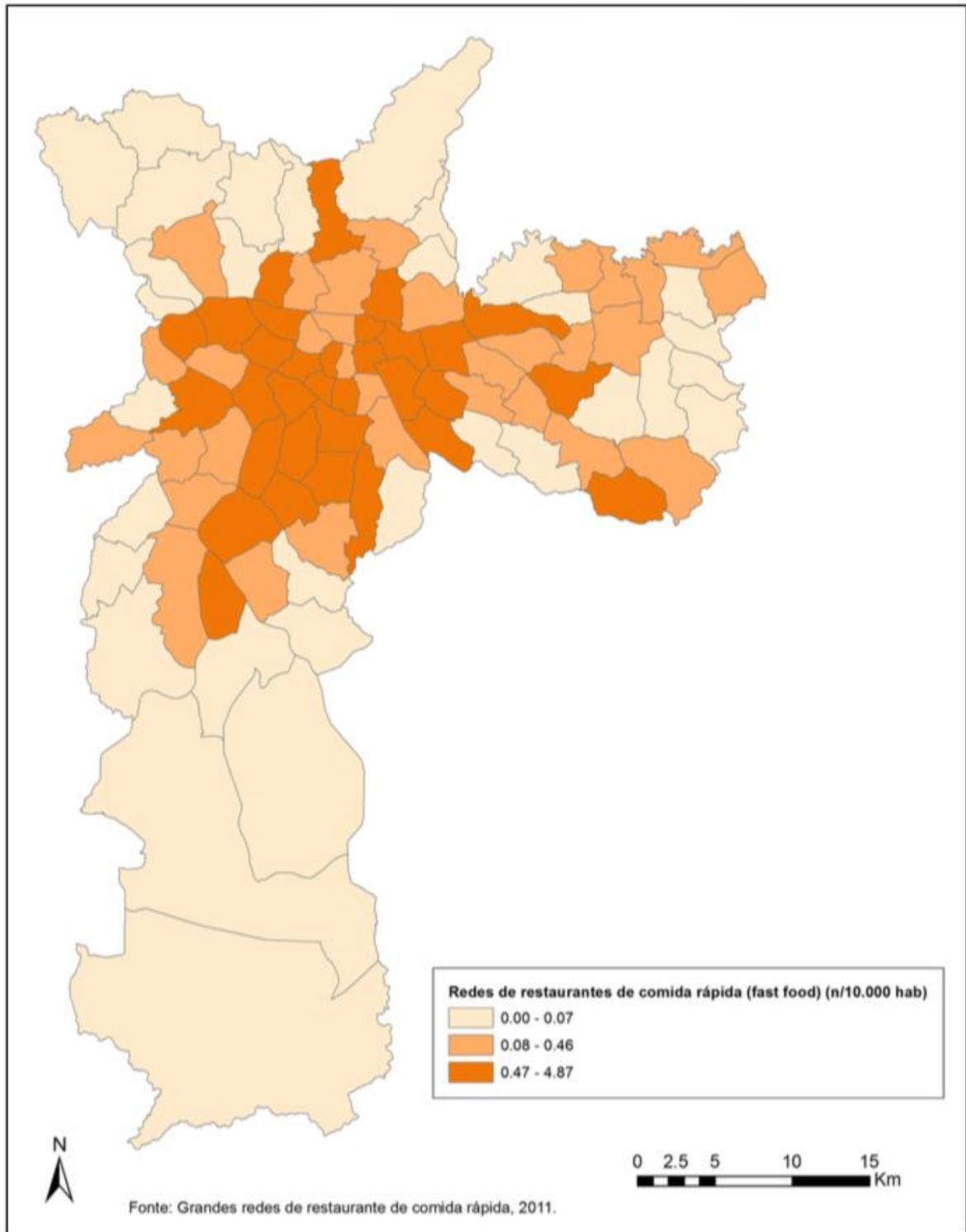
Fonte: (DURAN, 2013)

Figura 4: Distribuição espacial (em tercis) de equipamentos públicos de comercialização de alimentos (feiras livres, mercados e sacolões municipais). São Paulo, 2010.



Fonte: (DURAN, 2013)

Figura 5: Distribuição espacial (em tercis) de lojas de restaurantes de comida rápida (*fast food*) pertencentes à cinco grandes redes nacionais e internacionais. São Paulo, 2010.



Fonte: (DURAN, 2013)

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para atender o objetivo do estudo, foi a pesquisa qualitativa, para que se pudesse compreender questões alimentares sob uma perspectiva geral do Brasil e específica do município de São Paulo, além de analisar o panorama da agricultura familiar. Logo, estudos de caso sobre o PNAE e agricultura Urbana, foram utilizados como referência.

Para a pesquisa exploratória, houve uma focalização na Zona Sul de São Paulo. Isso, pois ao analisar o mapeamento de Duran (2013), pode-se observar que a Zona Sul é a região que possui a menor distribuição espacial de comércios de gêneros alimentícios, o que deixa os moradores em situação de vulnerabilidade mais suscetíveis a possíveis problemas ligados à insegurança alimentar e nutricional e aos desertos alimentares. Além disso, essa focalização se deve pela demarcação da Zona Rural, no Plano Estratégico Diretor, feito por Fernando Haddad, em 2014. Ela corresponde a 28% do território e a maior parte se localiza na Zona Sul, com cerca de 40 mil habitantes no seu extremo, sendo que 84% destas famílias recebem até dois salários mínimos e 60% dos produtores locais têm a agricultura como única fonte de renda (SÃO PAULO, 2017). Nesse sentido, Haddad desenvolveu o projeto “Ligue os pontos”, o qual visa empoderar os agricultores da Zona Sul e conectá-los aos consumidores. O projeto foi vencedor do Prêmio *Mayors Challenge* 2016, da *Bloomberg Philanthopies*, recebendo US\$ 5 milhões para implementá-lo (SÃO PAULO, 2016). Isso pode representar avanços para agricultura, assim como a demarcação, pois possibilita aos agricultores acesso ao crédito rural.

Para fins de comparação, duas escolas na Zona Sul foram visitadas para observar o cenário alimentar dos alunos. A primeira escola visitada foi a EMEF João de Souza Ferraz, no Jardim Palmares e, a 4,6 quilômetros de distância, fica a segunda escola, EMEF Habib Carlos Kyrillos, em Americanópolis. Com a observação de ambas, buscou-se aspectos que comprovassem a importância do PNAE em uma região que possui menor oferta de alimentos em comparação a outras regiões do município. Como também, uma reunião mensal do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) foi acompanhada, do dia 27/06/2018.

Dado que em 2018 a Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas), se tornou fornecedora de hortaliças para a alimentação escolar municipal, desejou-se analisar a influência do PNAE nesse processo de desenvolvimento local. Para tanto, foi possível acompanhar duas reuniões dos cooperados na Casa da Agricultura Ecológica (CAE), na Prefeitura Regional de Parelheiros. A primeira reunião, em 15/05/2018, foi um dia no qual todos cooperados discutiram questões ligadas à participação de feiras e quem receberia o Prefeito, Bruno Covas, em uma visita à região. A

segunda reunião visitada, em 18/07/2018, era especificamente com agricultores que forneciam para a alimentação escolar e estavam realizando o planejamento de plantio com a equipe do projeto “Ligue os pontos”.

O método utilizado para obtenção de dados foi a entrevista semiestruturada (MAY, 2004), ou seja, os entrevistados poderiam responder às perguntas sob suas perspectivas, em caráter aberto, mas a entrevista seguia um foco. As entrevistas foram gravadas sob autorização dos entrevistados, para que se pudesse concentrar na conversa e observar gestos não verbais. Em seguida, as entrevistas eram transcritas e suas contribuições analisadas. Para que fosse possível conseguir o contato dessas pessoas, a metodologia utilizada foi a amostra por bola de neve, ou seja, uma amostragem não probabilística. Assim, o número de contatos foi crescendo cada vez mais, formando uma rede de contatos vinculados ao tema deste trabalho.

Como resultado, foi possível entrevistar funcionários que trabalhavam na Prefeitura na gestão de Fernando Haddad (2013-2016), gestão de João Doria (2017-2018) e de Bruno Covas (2018-). Além disso, foram entrevistadas pessoas ligadas à Agricultura Urbana, à indústria alimentícia, diretoras escolares, merendeiras e agricultores familiares.

Nome	Cargo	Organização
Erika Espindola Fischer	Diretora do Departamento de Alimentação Escolar (DAE), entre 2013-2016	Secretaria Municipal de Educação (gestão Haddad)
Marcelo Mazeta	Coordenador do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), e criador da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (gestão Haddad)
Sandra Faé	Colaboradora do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (gestão Haddad)
Celia Alas Rossi	Diretora de Abastecimento	Secretaria Municipal de

	na COSAN	Trabalho e Empreendedorismo
Nome	Cargo	Organização
Cristiane Costa	Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN)	Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo
Clóvis Bueno de Azevedo	Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional	Secretaria Municipal de Educação
Luiz Henrique Bambini	Núcleo de Agroecologia da Coordenadoria de Alimentação Escolar	Secretaria Municipal de Educação
Márcia Fonseca Simões	Vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e diretora escolar	Secretaria Municipal de Educação e EMEF João de Souza Ferraz
Cristiano Mendes	Técnico da Casa da Agricultura Ecológica (CAE)	Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo
Kate Dayana Rodrigues de Abreu	Dissertação: A Implementação do PNAE em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas	Fundação Getulio Vargas
Lya Cynthia Porto de Oliveira	Tese: Redes, Ideias e Ação Pública na Agricultura Urbana: São Paulo, Montreal e Toronto.	Fundação Getulio Vargas

Gustavo Nagib	Voluntário e ativista da Agricultura Urbana	Horta das Corujas
---------------	---	-------------------

Nome	Cargo	Organização
Renato Rocha de Lima	Colaborador	Dedo Verde
Lia Carolina Ortiz de Barros Glaz	Trabalhou com o programa Nutrir Crianças Saudáveis	Fundação Nestlé (mas está em outra organização atualmente)
Bruna Fanchini	Cuida dos projetos de educação alimentar e nutricional para educadores	Fundação Nestlé
Rita Pelosi	Nutricionista da empresa terceirizada, visitando a EMEF João de Souza Ferraz	Denjud
Andréia Silva de Paulo	Diretora escolar	EMEF Habib Carlos Kyrillos
Vânia Barbosa	Merendeira escolar	EMEF Habib Carlos Kyrillos
Rita Monteiro	Merendeira escolar	EMEF Habib Carlos Kyrillos
Valéria Maria Macoratti	Presidente da cooperativa e agricultora familiar	Cooperapas
José Geraldo Batista Santiago	Agricultor Familiar e fornecedor para o PNAE	Cooperapas
Mauri Joaquim da Silva	Agricultor Familiar e fornecedor para o PNAE	Cooperapas

Almir José da Silva	Agricultor Familiar e fornecedor para o PNAE	Cooperapas
---------------------	---	------------

4 A RECENTE MOBILIZAÇÃO PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

De acordo com Lya Porto e Gustavo Nagib, pesquisadores sobre Agricultura Urbana, a pressão feita pela sociedade civil foi de extrema importância para que os governos se mobilizassem em prol da agricultura familiar, permitindo que os agricultores acessassem o crédito rural. Da mesma forma, o projeto “Ligue os pontos” tem criado grandes expectativas por outros entrevistados. O mesmo será implementado contando com a assistência técnica da Casa de Agricultura Ecológica (CAE). De acordo com o entrevistado, Cristiano Mendes, agrônomo da Prefeitura, a CAE atua buscando desenvolver um polo agrícola e a preservação da região e de seus mananciais. Esse trabalho ocorre por meio da orientação para os agricultores, para que eles busquem uma melhora dos sistemas de cultivo, redução de custos, adoção de práticas sustentáveis, manejo de solo e controle de pragas.

Desse modo, há um processo de reconhecimento da importância de Parelheiros, o Extremo Sul da cidade, onde há mananciais e tem sua mata nativa protegida pela produção agrícola e é um ponto estratégico para a vida na cidade, dado que essa região fornece água para cerca de 25% da população da Região Metropolitana (SÃO PAULO, 2018). Nesse sentido, de acordo com a presidente da Cooperapas e agricultura familiar, Valéria Macoratti, durante a gestão Haddad, houve diálogo e avanços e o mesmo realizou visitas à região. Já na gestão Doria, ela diz que o cenário era diferente, ele nunca visitou Parelheiros enquanto foi Prefeito e retirou feira do Ibirapuera, local onde era realizada, determinando que os participantes deveriam investir em equipamentos adequados para a feira melhorar e uma estrutura seria preparada para os feirantes, mas a feira acabou indo para a rua. Valéria contou que a Cooperapas fez um investimento de 100 mil reais para se adequar às determinações e mesmo que as justificativas de Doria fossem desmentidas, ela diz que a feira não voltou porque ele não queria. Vale ressaltar que, pouco após a saída de Doria da Prefeitura, o novo Prefeito, Bruno Covas, visitou Parelheiros e conheceu a propriedade de um dos cooperados da Cooperapas, para incentivar a agricultura familiar que fornece para a alimentação escolar.

A primeira Chamada Pública para compra da agricultura familiar no município de São Paulo foi em 2012, mas de acordo com Erika Fischer, diretora do Departamento de Alimentação Escolar (DAE) entre 2013-2016, essa Chamada teve dificuldades para se

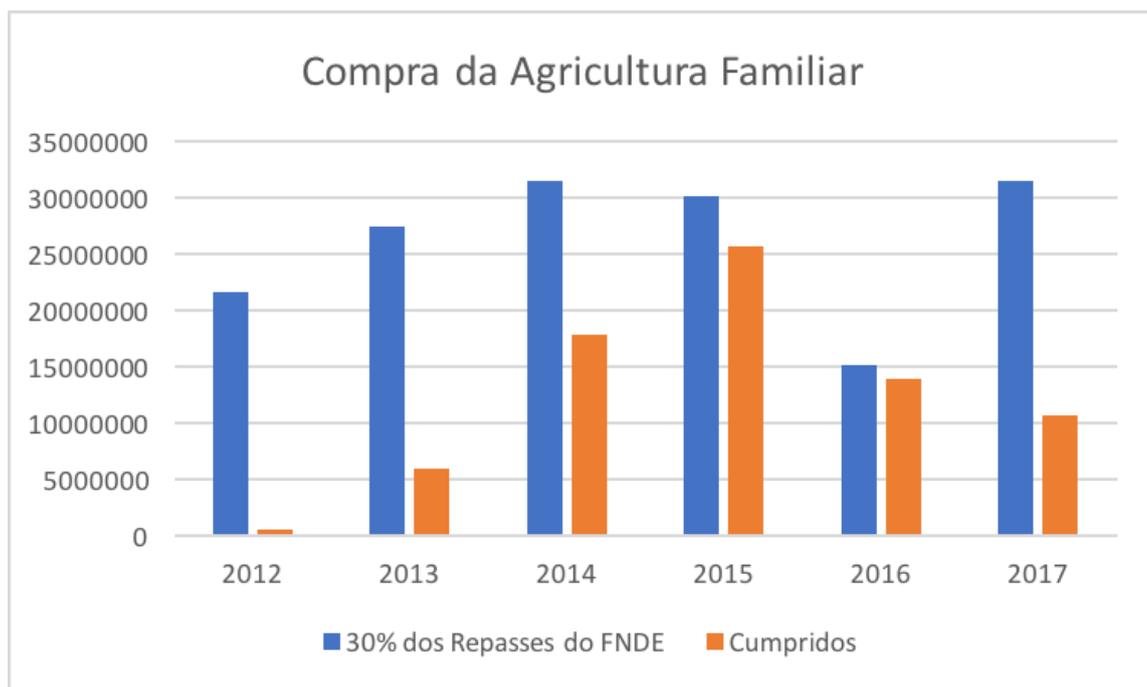
concretizar. Erika apontou alguns desafios para que a Chamada tivesse sucesso, dentre eles: (i) resistência política; (ii) a indústria alimentícia vinculada à alimentação escolar; (iii) e o rompimento da zona de conforto da gestão. Enquanto esses eram alguns desafios para executar a Lei, havia também uma preocupação com as possíveis penalidades que os Tribunais de Conta poderiam aplicar, caso alguma regra fosse desrespeitada para auxiliar agricultores.

Desse modo, um plano de ação foi estruturado, no qual percebeu-se que havia uma dificuldade por parte da gestão em entender quem eram os agricultores familiares e seus pontos de vista. Além disso, era necessário entender se eles conseguiriam suprir a demanda de alimentos feita pelas escolas e todo processo burocrático envolvido, que dificulta o processo de compra da agricultura familiar, mas evita que o processo seja vulnerabilizado e os alimentos tenham qualidade inferior. A estratégia definida então foi dar preferência para cooperativas, mesmo que de lugares distantes, como também, priorizar um certo perfil, como indígenas, quilombolas e assentamentos.

Um grupo de trabalho interno foi formado para fazer um mapeamento de agricultores de São Paulo. Como também, foi feito um seminário chamando os produtores do estado de São Paulo, com o objetivo de mostrar o que a Prefeitura poderia oferecer a eles e estreitar a relação entre os agricultores e a Prefeitura.

Erika afirma que o percentual de compra da agricultura familiar começou a crescer ano após ano (gráfico 1). Ela ainda mencionou o Prêmio Educação Além do Prato, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, através do DAE, que premiava ações que promovessem melhores hábitos alimentares dos alunos através da valorização das merendeiras e do debate sobre uma alimentação nutritiva.

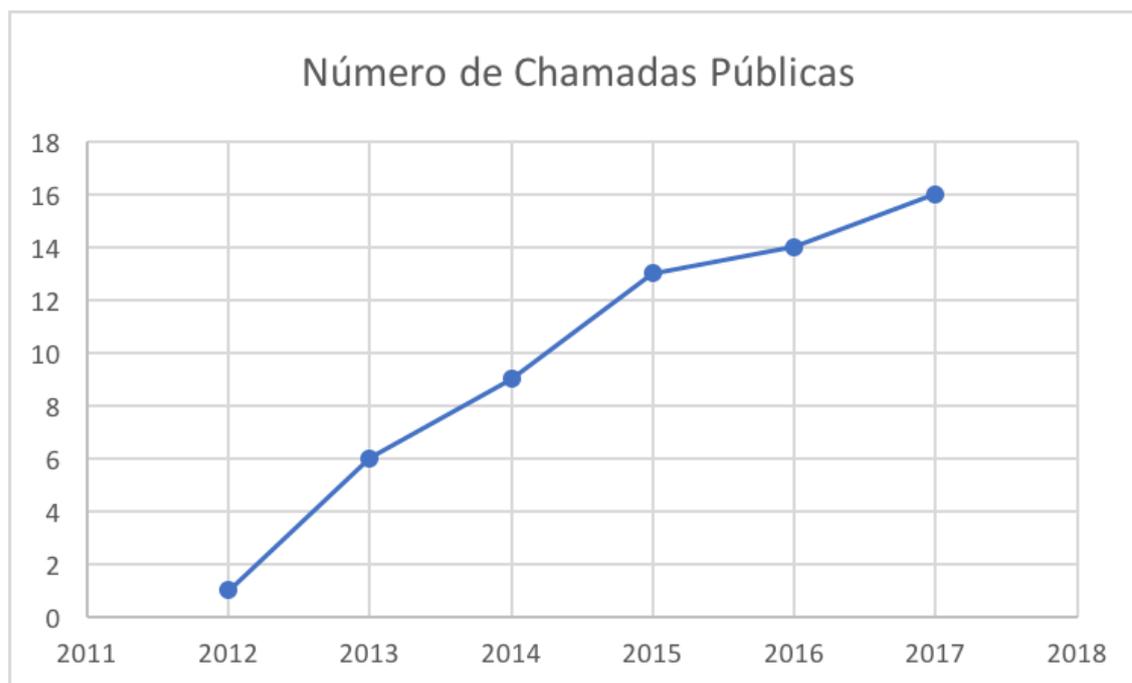
Gráfico 1:



Fonte: CODAE/FNDE. Elaboração própria.

Luiz Bambini, que trabalha atualmente no Núcleo de Agroecologia da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE), afirma que o desejo de comprar da agricultura familiar tem sido cada vez maior, o que pode ser observado considerando o crescimento no número de chamadas públicas, que só cresceu desde 2012 (gráfico 2). Entretanto, ele reforça que há casos de fracasso, como por exemplo, em 2018, a Prefeitura queria comprar geleia orgânica, a um preço excelente, sob a perspectiva dele, mas não apareceu um fornecedor querendo atender às demandas do edital. Luiz aponta que talvez seja necessário rever alguns pontos nos editais, mas que provavelmente os fornecedores também precisem desenvolver uma capacidade para atender às demandas. Apesar disso, ele alega que em 2018 a Prefeitura chegará muito próximo aos 30% de compra, como é determinado por Lei, sendo que até o primeiro semestre deste ano, dez Chamadas Públicas foram divulgadas.

Gráfico 2:



Fonte: CODAE. Elaboração própria.

O maior desafio para a obtenção de alimentos da agricultura familiar para Luiz é a formação de preço. Isso, pois a logística é uma dificuldade como um todo e se os agricultores possuírem uma boa orientação, eles conseguem produzir conforme foi combinado, mas a formação de preço não depende deles. A precificação depende do sistema jurídico municipal que, mesmo com um adendo sobre sustentabilidade social na Legislação das Licitações, isso não é levado em conta, só se considerando a economicidade. Mas Luiz reforça que com a compra da agricultura, se carrega muitas externalidades, levando desenvolvimento social e local, além da segurança alimentar e nutricional.

5 OS RESULTADOS SOB O PONTO DE VISTA DE AGRICULTORES FAMILIARES

A Cooperapas foi fundada em 2011, sua atual presidente é a agricultura familiar, Valéria Macoratti. A cooperativa possui 36 cooperados, dos quais, dez são fornecedores para a alimentação escolar e três foram entrevistados para este trabalho. Ela possui vaga em diversas feiras na cidade e os seus agricultores fornecem para restaurantes que utilizam alimentos orgânicos nos seus cardápios e desejam fortalecer a agricultura familiar, como o restaurante da chef de cozinha, Paola Carosella. Além disso, em 2018, a Cooperapas começou a fornecer hortaliças para a alimentação escolar. Para tudo isso, a Cooperapas conta com o apoio e a assistência técnica da CAE e do projeto "Ligue os pontos", idealizado para a Zona Sul, cuja implementação se iniciou em 2018.

Luiz Bambini, da CODAE, afirma que é muito difícil mensurar até que ponto somente o PNAE promove desenvolvimento local, pois há outros programas, como o PRONAF, PRONAF Mulher, Programa Microbacias e outros que também influenciam nesse processo. Vale ressaltar que a Prefeitura deve respeitar uma cota máxima de 20 mil reais anuais por agricultor para a compra destinada à alimentação escolar. Nesse sentido, Valéria considera o PNAE como um apoio quase ínfimo, mas se a Cooperapas vender para outras Prefeituras, o cenário melhora nesse aspecto. Mas ela acrescenta que o fato do agricultor saber que ele não vai produzir em vão, pois será escoado para a alimentação de estudantes traz uma significativa segurança para o mesmo.

José Batista, foi um dos fundadores da Cooperapas, ele aprendeu a trabalhar no campo com imigrantes japoneses. Reconhece que a cooperativa teve extrema importância para que eles pudessem se estruturar e considera a assistência técnica da CAE de qualidade, atendendo aos agricultores sempre que possível. Para José, o "Ligue os pontos" tem um potencial para auxiliar muito no fornecimento de alimentos para a Prefeitura, pois eles fazem um planejamento de plantio para estar ciente da quantia que deve ser fornecida, sabendo que pode haver alguma perda, mas com um planejamento há menos complicação. Sem isso, nas palavras dele, os agricultores fariam isso "meio no escuro".

No que se refere à cota máxima de 20 mil reais anuais por agricultor, José considera o valor bom, pois há situações, especialmente no começo, em que tudo é muito difícil, então ter a certeza de que haverá uma fonte de renda para pagar as contas é muito importante. Mas defende que a cota máxima deveria ter um valor anual maior, porque o agricultor é desvalorizado, mas ele é quem alimenta o Brasil. Ele pontua que fornecer para a alimentação escolar lhe permite não se preocupar com questões ligadas à sazonalidade, que causam oscilações no preço. Contrário a isso, se tem a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), onde a produção do agricultor familiar, nas palavras dele, não tem valor, pois eles compram tudo mais barato e o maior valor fica no frete e a oscilação de preços por conta da sazonalidade os prejudica ainda mais.

José Batista dá ênfase à cooperativa, dizendo que sem ela seria muito mais complicado e diz que o maior desafio que enfrenta é ter acesso ao crédito rural. Ele possui a DAP (mencionada na Teoria), mas mesmo assim não consegue o crédito por conta da burocracia, que ele acredita ser muito maior em São Paulo do que em outros estados. Assim, com a dificuldade de acessar o crédito rural, o PNAE torna-se ainda mais importante, porque ele sabe que sua produção não irá se perder e que isso irá beneficiar os estudantes.

Mauri Silva, também foi um dos fundadores da Cooperapas e sua propriedade foi o local onde o Prefeito Bruno Covas realizou a visita, enquanto esteve em Parelheiros. Mauri trabalhou também com imigrantes japoneses, e depois foi para a cidade, onde possuía um trabalho estável e uma remuneração que considerava satisfatória, mas ele sentiu saudade do campo e voltou a ser agricultor. Ao voltar para o campo, ele se endividou e a saída que encontrou foi começar a produzir orgânicos, que estavam entrando em pauta por conta da poluição da água, o que ele considera algo bom, pois o alimento convencional precisa de adubo e de agrotóxicos. Com isso, ele conseguiu reverter a sua situação e se desenvolver.

Todavia, Mauri afirma que não teve nenhuma ajuda governamental para chegar onde está hoje. O PNAE, para ele, teria sido mais importante no início da sua jornada no campo, reconhecendo que 20 mil reais anual é pouco e ainda assim não é o valor líquido, pois, nas palavras dele, "metade fica no caminho, então o agricultor acaba recebendo cerca de 10 mil reais por ano". Para ele, a importância de vender para o PNAE é poder vender um volume um pouco maior, com a certeza de que irá receber o pagamento e saber que isso chegará aos estudantes, pois muitos dependem da alimentação servida na escola.

Ele auxilia outros agricultores para democratizar o conhecimento e afirma que ser agricultor, diferente do que muitos pensam, exige muito conhecimento em áreas como astronomia, preparação de solo, irrigação, fertilização, o que plantar, quando colher, entre outras. Mauri considera a assistência técnica da Prefeitura boa, mas afirma que os agricultores conseguiriam fornecer sem o "Ligue os pontos" tranquilamente. Por fim, ele menciona que os principais desafios para a agricultura familiar estão vinculados às complicações para ter acesso ao financiamento e às promessas e alegações de que muito dinheiro é investido no produtor local, mas ele não vê isso em São Paulo.

Almir José da Silva, considera a assistência técnica municipal de qualidade e diz que tem dificuldade em encontrar mão de obra e com questões ligadas à irrigação, pois grandes agricultores podem comprar encanação, mas pequenos produtores não podem contar com a dependência de um financiamento, tudo é feito "na força e coragem". Ele se alegra em poder fornecer alimentos para escolas e ver como isso tem mudado pois no tempo em que ele estudava em escola pública a alimentação oferecida não era de qualidade. Mas a cota máxima ele julga ser pouco, diz que pode ajudar, mas que o valor poderia ser um pouco vai elevado. Para Almir, é um desafio cuidar de uma horta grande e, assim como José, ele considera que o "Ligue os pontos" tem significativa importância para que os agricultores possam fornecer para o PNAE.

6 QUANDO O PNAE CHEGA NAS ESCOLAS

De acordo com Luiz Bambini, cerca de 1 milhão de estudantes são beneficiados diariamente pela alimentação escolar, segundo dados do Banco Mundial (2016), esse número é superior à população do Butão, com 797.765 habitantes e é quase o dobro da população de Luxemburgo, com 582.014 habitantes. A vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Márcia Fonseca, afirma que a alimentação escolar municipal de São Paulo é a terceira maior do país, atrás do estado de São Paulo e do estado de Minas Gerais. Com isso, pode-se perceber a complexidade de assegurar uma alimentação nutritiva para todos esses estudantes, que deve alcançar até mesmo as escolas nos extremos do município.

Durante sua gestão, Haddad regulamentou a Lei 16.140/15, que obriga a adição de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar na rede municipal, possuindo diretrizes e metas progressivas para que a alimentação escolar se torne 100% orgânica. Além disso, ele também lançou o programa "Na Mesma Mesa", que buscava promover hábitos saudáveis nas escolas, colocando professores e alunos para comerem juntos (SÃO PAULO, 2015). Márcia acredita que esse programa possuía uma influência positiva para os alunos, mas não teve continuidade na gestão Doria.

Na gestão Doria entrou em vigor a Lei 16.780/18, que proíbe a oferta de embutidos como salsichas, linguiças, salames e mortadelas nas escolas da rede municipal (SÃO PAULO, 2018). Além disso, Márcia alega que após a polêmica com a proposta da farinata, muito dinheiro foi liberado para se pensar as questões alimentares. Entretanto, Erika Fischer não acreditava que a farinata seria autorizada na alimentação escolar, dado que um alimento precisa passar por dois testes antes de ser adicionado ao cardápio: o teste de aceitabilidade, que requer 85% de aprovação dos estudantes; e o teste sensorial, feito por laudos dos alimentos, descrevendo os seus ingredientes e deve possuir o registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Vale ressaltar, que a farinata não se alinhava com o que era defendido pela Secretaria de Educação. De acordo com Luiz Bambini, o cardápio é feito por nutricionistas, considerando as diretrizes nacionais (determinadas pelo FNDE), sendo que a rede municipal segue mais o Guia Alimentar para a população brasileira do que o próprio FNDE, pois o FNDE recomenda três porções semanais de alimentos in natura e a rede municipal fornece cerca de doze.

Para maior transparência, o cardápio está disponível em um aplicativo chamado "Prato Aberto", onde pode-se ver o que é publicado por faixa etária e tipo de escola. Além

disso, todas escolas devem servir duas refeições no período da aula, como café da manhã e almoço; almoço e lanche da tarde; ou lanche da tarde e jantar.

Além das nutricionistas, que realizam visitas diárias às escolas, a CODAE conta com a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que realiza reuniões mensais e auditoria nas escolas do município. Na auditoria, alguns dos aspectos analisados são: cumprimento do cardápio, características sensoriais (como aparência e sabor), limpeza, controle de estoque, aceitação de alimentos, existência de horta e ação educativa voltada para a alimentação. Isso é analisado em escolas com todos os tipos de atendimento: direto, misto, conveniado e terceirizado. No caso do atendimento terceirizado, a empresa não tem discricionariedade nenhuma para alterar o cardápio e possuem um manual de orientação per capita e porcionamento (figura 8), no qual há ilustrações mostrando o que e em qual quantidade deve ser servido.

Figura 8:

REFEIÇÃO

Alimento	Porcionamento	Medida Caseira
Arroz	140g	3 colheres de arroz cheias
Feijão (grão)	40g	2 ½ colheres de sopa cheias
Carne picada	45g	1 ½ colher de sopa cheia
Couve-manteiga cozida	40g	2 colheres de sopa cheias
Maçã		1 unidade

As leguminosas devem ser servidas com caldo.

EMEF, EMES, EMEFM, EJA e CIEJA 39

Fonte: CODAE (2017)

Durante a pesquisa de campo, visitei a EMEF João de Souza Ferraz, em Jardim Palmares, que tem 390 estudantes divididos em dois turnos, e onde a vice-presidente do Conselho de Alimentação Escolar, Márcia Fonseca, é diretora. Márcia afirma que a escola está cada vez mais preocupada com a qualidade da alimentação dos estudantes, onde tem iniciativas como fazer sucos naturais com água gaseificada ao invés de servir refrigerante e os alunos gostaram muito.

Quando questionada sobre casos de alunos em situação de vulnerabilidade, ela disse que em 2017, houve um caso em uma família, com cinco crianças, das quais duas tiveram que fazer um tratamento no posto de saúde, por estar em situação de subnutrição. Além disso, na escola há quatro casos de alunos com obesidade e um aluno, com problemas familiares, que comia demais, mas agora tem consumido com mais equilíbrio. Apesar disso tudo, Márcia diz que a região da escola é privilegiada, então ela julga estar em um ambiente que facilita esse tipo de discussão e como esses casos de vulnerabilidade são minoritários, eles conseguem acompanhá-los para dar apoio.

De acordo com a nutricionista da empresa terceirizada que atende a escola, Rita Pelosi, eles conseguem cumprir as determinações do cardápio feito pelas nutricionistas da CODAE. As merendeiras afirmam que um pouco menos de 200 alunos almoçam diariamente na escola, sendo que dois deles possuem intolerância à lactose e, por isso, há uma foto dos dois na cozinha e, quando necessário, eles se alimentam com opções diferentes disponíveis na cozinha. Elas não perceberam grandes mudanças no cardápio nos últimos anos, mas dão ênfase à restrição de temperos para a preparação dos alimentos, estando proibido o uso de vinagre ou azeite, substituídos outros ingredientes, como limão.

A aceitação dos alunos é boa de modo geral e quando há algum alimento que eles não costumam comer, as merendeiras os encorajam a experimentarem. Elas disseram que não há muito desperdício, pois os alunos possuem consciência, olham o cardápio e sabem o que vai ser servido, então se eles não gostam, pegam somente a fruta. Todavia, Rita reforça os alunos ocasionalmente os alunos confundem certos alimentos (como acelga e repolho), não gostam de proteína de soja, nem comem muito legumes refogados, mas gostam de salada.

A cerca de 4,6 quilômetros está a EMEF Habib Carlos Kyrillos, com 754 alunos, divididos em três turnos, recebendo alunos do EJA no período noturno. A diretora, Andréia Silva, afirma que há um projeto escolar há anos, em que os professores acompanham os alunos nos momentos das refeições. Para ela, isso é importante, porque os professores podem estimular a formação de hábitos saudáveis. Além disso, como nem todos os alunos comem a

alimentação servida na escola, durante o período da primeira aula, uma contagem é feita para saber a quantidade de alunos e, assim, definir a quantidade certa de comida a ser preparada.

Andréia também foi questionada sobre alunos em situação de vulnerabilidade, sem garantias de alimentação saudável em casa, e ela respondeu que eles não têm isso claro, mas como alguns alunos comem em grandes quantidades, a impressão que se tem é que aquela refeição é a principal para o estudante, pois a região da escola possui uma comunidade carente, o que torna a situação de vulnerabilidade um cenário provável.

Rita Monteiro e Vânia Barbosa, merendeiras da escola, afirmam que não há caso de alunos com restrições alimentares, como intolerância à lactose. Elas alegam que conseguem executar o cardápio da Prefeitura, sem problemas e que a aceitação dos alunos é boa, com exceção dos dias em que é servido peixe ou proteína de soja. Como também, alegam que na escola há vários casos de alunos que dependem da alimentação escolar. Eles conversam com elas e contam quando não comeram e quando não tinha comida em casa.

As merendeiras incentivam os alunos a provarem o alimento que eles desconhecem e, muitas vezes, eles acabam provando e gostando. Todavia, elas ressaltam que às sextas-feiras, é servido peixe, como está definido no cardápio e os alunos não gostam, então é um dia que há uma rejeição maior à alimentação escolar, em que a cada dez alunos somente dois comem ou há desperdício. Elas contam que às vezes até tentam enganar os alunos quando se trata de algo que eles possivelmente não vão gostar, como quando elas prepararam creme de abóbora, misturaram na carne e falaram para os alunos que era strogonoff e então eles comem. No dia em que há proteína de soja (PTS), elas tentam falar que é carne moída, mas os alunos percebem, não restando às merendeiras muitas alternativas para que os alunos comam, algo complicado especialmente para os alunos que precisam da alimentação escolar pela falta de alimentos nutritivos em casa.

7 ALGUNS DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AOS DESERTOS ALIMENTARES EM SÃO PAULO

Como mencionado anteriormente, durante a gestão Haddad, foi feito o 1º PLAMSAN (2016/2020), no qual, se afirma: "a questão dos Desertos Alimentares, que devem ser mapeados e ações de acesso aos alimentos precisam ser implementadas, principalmente feiras livres que tenham um preço mais acessível aos consumidores" (SÃO PAULO, 2016, p.19). Assim, ainda, em 2016, foi lançado o programa Quinta da Economia, permitindo encontrar em mercados e sacolões vinte itens (dentre frutas, legumes e verduras) por um preço de 2,99 reais o quilo ou a unidade (SÃO PAULO, 2016). Mas, de acordo com Cristiane Costa,

presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, essa preocupação com as questões alimentares ocorreu por conta de pressões da sociedade civil.

Em 2017, João Doria propôs a farinata, um composto feito de alimentos próximos de sua data de validade, para que fossem distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade, cogitando ainda incluir o item na alimentação escolar. Tal produto foi apresentado durante um evento para sancionar a Lei 16.704/2017, para implantar a Política Municipal de Erradicação da Fome. No entanto, houve uma grande pressão da sociedade civil contra a proposta, como o protesto chamado de "banquetaço", no qual chefs de cozinha distribuíram alimentos produzidos por agricultores familiares em frente ao Teatro Municipal, manifestando-se contrários à proposta da Farinata. Doria abandonou a proposta e no Plano Plurianual (PPA) de 2018-2021, ficou previsto para o ano de 2018 uma destinação de R\$ 5.864.999 para nutrição e segurança alimentar (SÃO PAULO, 2018).

O coordenador do PLAMSAN, Marcelo Mazeta considera que houve um retrocesso na discussão sobre segurança alimentar ao se comparar a gestão Haddad e Doria, mas Marcelo afirma que o PPA contemplou minimamente o PLAMSAN para que algo possa ser feito. Sandra Faé, também integrante da equipe responsável pelo Plano, afirma que a discussão sobre desertos alimentares é fundamental para se pensar a segurança alimentar e que muito trabalho já havia sido estruturado para que se pudesse iniciar um mapeamento de desertos alimentares em São Paulo a partir de 2017.

Entretanto, de acordo com Celia Alas, diretora da área de abastecimento, da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (SMTE), nada foi feito. Enquanto isso, em novembro de 2017, o governo federal realizou um encontro para a discussão dessa pauta e da metodologia para mapear desertos alimentares. Neste evento, o Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Caio Rocha, afirmou: "para cada dólar que os governos gastam para implementar a alimentação saudável, há um retorno de 17 dólares. Isso não é despesa pública, isso é um investimento que retorna em bem-estar" (BRASIL, 2017).

Além das iniciativas governamentais, começam a surgir experiências a partir da sociedade civil. Por exemplo, um grupo de alunos da FGV criou um site, *desertosalimentares.com.br*, no qual, listam questões vinculadas aos desertos alimentares. Dentre elas, citam a "indústria do saudável" que seria a venda de alimentos ultraprocessados, intitulados como saudáveis. Ao longo do primeiro semestre de 2018, foi possível comprovar essa teoria, ao observar em no terminal da Barra Funda, em São Paulo, uma loja vendendo tais itens (figura 6) e em uma drogaria na Avenida Paulista, encontrar o mesmo cenário (figura 7).

Figura 6:



Fonte: Elaboração própria, 6 de maio de 2018.

Figura 7:



Fonte: Elaboração própria, 7 de maio de 2018.

Lia Glaz, que já trabalhou na Fundação Nestlé, foi questionada sobre o que achava da matéria do The New York Times (citada anteriormente). Para ela, o texto em questão é superficial e sensacionalista, pois com a pressão de consumidores e ativistas, a Nestlé tem buscado formas de reduzir o teor de sal, açúcar e gordura no seu portfólio. Mas Lia reconhece que a indústria falha no momento de se posicionar em questões como obesidade infantil. Lia ainda ressalta que a falha não é somente da indústria, dado que o Guia Alimentar para a população Brasileira é um documento institucional, não sendo acessível para a população e também não discute sobre como a indústria pode auxiliar para ajudar a resolver problemas alimentares. Para a entrevistada, o debate ainda é muito dos ativistas e é pouco estratégico para que a indústria aja rapidamente, mas ela acredita que a tendência é que a indústria ofereça produtos mais saudáveis.

Lia ainda menciona que atuava na gestão do programa Nutrir Crianças Saudáveis, da Fundação Nestlé, no qual buscava-se promover hábitos alimentares saudáveis nas escolas, trazendo um diálogo com a equipe escolar, reconhecendo a importância da merendeira e mostrar para todos que a cozinha também é um espaço educativo, sem promover a Nestlé. A parceria mais duradoura do programa foi com a Prefeitura de São Paulo e Lia pontua algumas críticas para a situação que viu na alimentação escolar enquanto participou do programa, como o regime de contratação, que contava muito com regime misto, estando muitas cozinhas despreparadas e muitos diretores tratavam a cozinha como algo somente administrativo.

Mas a maior crítica da entrevistada se direciona para a falta de gestão de dados, pois não se sabe onde estão as crianças mais e menos obesas e nem quais vivem uma situação de insegurança alimentar e nutricional em casa. Assim, ela considera importante uma integração entre os setores de educação, saúde e assistência social, para uma atuação mais concreta em questões alimentares. Luiz Bambini, da CODAE, afirma que o programa não está mais ativo em São Paulo e, apesar do fim da parceria, Bruna Fanchini, atualmente na Fundação Nestlé, afirma que agora há o Prêmio Crianças Saudáveis, para apoiar o projeto dos educadores, com o objetivo de promover hábitos saudáveis nas escolas.

8 CONCLUSÃO

A atuação da sociedade civil foi importante para o avanço de pautas, como o desenvolvimento da agricultura familiar. Prova disso foi a demarcação da Zona Rural no Plano Estratégico Diretor, em 2014. Com isso, tornou-se possível que os agricultores tivessem acesso ao crédito rural e, assim, se desenvolverem. Todavia, como foi observado, há um processo burocrático complexo no estado de São Paulo, dificultando a posse desse crédito. Desse modo, apesar da dificuldade de mensurar o impacto que uma única política pública pode ter no desenvolvimento local, com esse empecilho burocrático, torna-se mais fácil considerar que o desenvolvimento local ocorreu através de outras iniciativas.

Para além disso, deve-se considerar o projeto “Ligue os pontos”, vencedor do Prêmio *Mayors Challenge* 2016, da *Bloomberg Philanthropies*, no final da gestão Haddad, que gerou muitas expectativas, dado que visa empoderar os agricultores e conectá-los com os consumidores, sendo uma outra alternativa para o desenvolvimento local no Extremo Sul. Ele pode ainda fortalecer a compra para a alimentação escolar, pois possui ações como planejar o plantio, para que as metas de fornecimento sejam cumpridas. Nesse sentido, a compra da agricultura familiar pela Secretaria Municipal de Educação cresceu muito desde a primeira Chamada Pública, em 2012, quase chegando aos 30% dos repasses do FNDE, em 2016. Contudo, houve uma queda em 2017, mas isso não se deve pela falta de procura da Secretaria, já que o número de Chamadas Públicas se mantém crescente. Fatores ligados a demandas nos editais, processo burocrático e economicidade podem dificultar que a compra se concretize.

Mas do ponto de vista de desenvolvimento local, quando a compra é concretizada, um aspecto a ser mencionado é a cota máxima de 20 mil reais anuais por agricultor, que se mostrou como um fator limitador. Isso, pois apesar de evitar tornar os agricultores dependentes daquela fonte de renda, também pode ser pouco para o agricultor, considerando qual seria o valor líquido recebido e o quanto isso representa por mês e desconsiderando casos em que o agricultor venda para outras Prefeituras. Apesar disso, os agricultores acreditam que a quantia recebida já possibilita que paguem algumas contas e que é, portanto, um começo. Assim, não terão que se preocupar em perder a produção, pois a mesma será escoada e beneficiará estudantes através da alimentação escolar.

Nesse sentido, foi possível observar na pesquisa, casos de estudantes em situação de vulnerabilidade, que necessitam da alimentação escolar por conta da falta de alimentos em suas casas e, para beneficiá-los, o cardápio elaborado pela equipe de nutricionistas da CODAE, segue majoritariamente as indicações feitas pelo Guia Alimentar para a população brasileira. Entretanto, notou-se em ambas escolas visitadas a rejeição a certos tipos de

alimentos, como a proteína de soja, peixe e legumes cozidos. No caso do peixe, presente no cardápio toda semana, as merendeiras observaram uma queda significativa no número de alunos que consomem e também notaram desperdício.

Dessa forma, há um possível cenário preocupante, em que alunos em situação de insegurança alimentar e nutricional em suas casas, também não consumam a refeição completa na escola. Com isso, a atuação das merendeiras deve ser ressaltada, indo além das suas tarefas, pois muitas possuem um diálogo com os alunos, sabendo dos casos de alunos mais vulneráveis e acabam tentando persuadir a todos para que experimentem o alimento servido, mas nem sempre possuem êxito. Assim, a falta de informações concretas sobre alunos em situação de vulnerabilidade, dificulta o pensamento de ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social, para evitar que esses estudantes se tornem adultos com problemas de saúde, ligados a uma má alimentação, representando um ônus maior para o governo.

Essa questão de saúde também se aplica ao presente, considerando o crescimento do consumo de ultraprocessados no Brasil e a ausência de um mapeamento de desertos alimentares, como proposto no PLAMSAN, para que sejam localizados e combatidos, pois apesar da expansão da “indústria do saudável”, vale ressaltar que a recomendação do Guia é de uma alimentação majoritariamente composta por alimentos in natura, evitando ultraprocessados, o que pode ser um desafio considerando as desigualdades regionais para acesso aos alimentos em São Paulo.

Logo, considerando a carência de oportunidades econômicas e pobreza, como fontes de privação de liberdade definidas por Sen (2010), o PNAE pode ser considerado um mecanismo que proporciona oportunidades econômicas para a agricultura familiar se desenvolver e é uma alternativa à pobreza ao garantir uma fonte de segurança alimentar e nutricional para estudantes, auxiliando para que tenham energia necessária para estudar e se desenvolver. Todavia, seria interessante rever alguns aspectos da compra, como os editais e a cota máxima anual por agricultor. Como também, seria relevante rever alguns pontos do cardápio, pois se há alimentos que, mesmo considerados saudáveis, não são aceitos pelos alunos, pode ser que alguns estudantes não estejam assegurando sua nutrição diária, especialmente os que vivem em uma situação de vulnerabilidade e área de um deserto alimentar.

9 REFERÊNCIAS

ABREU, Kate Dayana Rodrigues de. A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas. 2014. (Dissertação) - Mestrado em Administração Pública e Governo - Fundação Getulio Vargas - FGV, São Paulo, 2014.

BITLER, Mariane ; HAIDER, Steven J. . An Economic View of Food Deserts in the United States. *Journal of Policy Analysis and Management*, [S.l.], 2010. 30 f. 153-176.

BONDUKI, Manuel Ruas Pereira Coelho. Entre Chicotes e Cenouras Orgânicas: Cooperação, coerção e coordenação na implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE. 2017. (Dissertação) - Mestrado em Administração Pública e Governo – Fundação Getulio Vargas - FGV, São Paulo, 2017.

BRASIL. CASA CIVIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. O que é a agricultura familiar. Brasília (DF); 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-é-agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Mapeamento dos Desertos Alimentares Brasileiros é debatido em Brasília. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/novembro/mapeamento-dos-desertos-alimentares-brasileiros-e-debatido-em-brasilia>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília (DF); 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília (DF); 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

CODAE. FNDE. Liberações do FNDE. 2018. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Liberacoes-do-FNDE>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CODAE. Secretaria Municipal de Educação. Chamadas Públicas para aquisição de gêneros da agricultura familiar. 2018. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Chamadas-Publicas-para-aquisicao-de-generos-da-agricultura-familiar-de-2018>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CODAE. Secretaria Municipal de Educação. Contratos de aquisição de gêneros da agricultura familiar. 2018. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Contratos-de-aquisicao-de-generos-da-Agricultura-Familiar>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

DURAN, Ana Clara da Fonseca Leitão. Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. (Tese de Doutorado). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.

FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Colocar os agricultores em primeiro para erradicar a fome. Roma; 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/260821/icode/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

FOOD EMPOWERMENT PROJECT. Food Deserts. 2017. Disponível em: <<http://www.foodispower.org/food-deserts/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GVces. Centro de Estudos em Sustentabilidade. Agricultura Familiar e o Abastecimento de Grandes Centros Urbanos. 2017. Disponível em: <<http://mediadrawer.gvces.com.br/bota-na-mesa/original/00-bota-na-mesa-completo-6.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

JACOBS, ANDREW; RICHTEL, MATT. Como a Grande Indústria Viciou o Brasil em Junk Food: À medida que o crescimento diminui nos países ricos, as empresas de alimentos ocidentais se expandem acintosamente nos países em desenvolvimento, contribuindo para obesidade e problemas de saúde. The New York Times, 16 set. 2017. Health. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NATIONAL ACADEMIES PRESS. The Public Health Effects of Food Deserts. Washington D.C.; 2009. Disponível em: <<https://www.nap.edu/catalog/12623/the-public-health-effects-of->

food-deserts-workshop-summary>. Acesso em: 15 set. 2017.

NATIONAL PUBLIC RADIO. Food Access Advocates Walk the Long Walk ... To the Nearest Grocery Store. 2017. Disponível em: <<https://www.npr.org/sections/thesalt/2017/11/01/560476160/food-access-advocates-walk-the-long-walk-to-the-nearest-grocery-store>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

PORTO, Lya. Redes, Ideias e Ação Pública na Agricultura Urbana: São Paulo, Montreal e Toronto. 2017. (Tese) - Doutorado em Administração Pública e Governo - Fundação Getúlio Vargas - FGV, São Paulo, 2017.

SÃO PAULO. Chefs de Cozinha Fazem 'Banquetão' no Centro de São Paulo em Defesa de Alimentos Orgânicos. G1. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/chefs-de-cozinha-fazem-banquetaco-no-centro-de-sp-em-defesa-do-alimento-organico.ghtml>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SÃO PAULO. Doria Sanciona Lei que Proíbe Salsicha e outros Embutidos na Merenda Escolar. Metro Jornal. 2018. Disponível em: <<https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/01/03/doria-sanciona-lei-que-proibe-salsicha-e-outros-embutidos-na-merenda-escolar.html>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. 2016. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/PLAMSANVERSAOFIINALcompleta.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na Cidade de São Paulo: Ações, Desafios e Perspectivas do Papel da Cidade na Alimentação. 2016. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/LIVRO%20Panorama%20Seguranca%20Alimentar%20Nutricional%20SP.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Plano Plurianual. 2018. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/orcamento2018/wp-content/uploads/sites/25/2017/12/PARECER-EMENDAS-PPA.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SÃO PAULO. Prefeitura Regional de Parelheiros. Parelheiros: uma cidade do interior dentro da metrópole. 2018. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/parelheiros/historico/index.php?p=411>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. **O Projeto Ligue os Pontos**. 2017. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/ligue_os_pontos/o_projeto/>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Especial de Comunicação. 'Quinta da Economia' marca revitalização dos sacolões municipais. 2016. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/2018quinta-da-economia2019-marca-revitalizacao-dos-sacoloes-municipais>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Especial de Comunicação. Lei que insere orgânicos nas escolas é regulamentada. 2016. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/lei-que-insere-alimentos-organicos-nas-escolas>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Especial de Comunicação. Programa "Na Mesma Mesa" incentivará alimentação saudável nas escolas. 2015. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/programa-201cna-mesma-mesa201d-incentivara#ad-image-0>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Especial de Comunicação. São Paulo vence Prêmio Mayors Challenge 2016, da Bloomberg Philanthropies. 2016. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-recebe-premio-mayors-challenge-2016-da-bloomberg-philanthropies>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Seila: Companhia de Bolso, 2010. 464 p.

SHAW, Hillary J. Food Deserts: Towards the Development of a Classification. *Geografiska Annaler*, [S.l.], 2006. Series B, Human Geography, vol. 88, p. 231-247.

Banco Mundial. IBRD e IDA. Population, total. 2016. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/bhutan?view=chart>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

Banco Mundial. IBRD e IDA. Population, total. 2016. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/luxembourg?view=chart>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

University of California at Berkeley. Berkeley Food Institute. Urban Foraging in Municipal Parks and Public Schools: Opportunities for Policymakers. California, EUA; 2017. Disponível em: <<https://forage.berkeley.edu/wp-content/uploads/2017/08/UrbanForagingPolicyBrief-2017-08-29.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

USDA. United States Department of Agriculture. Food Access Research Atlas. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/data-products/food-access-research-atlas/go-to-the-atlas/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

10 ANEXOS

Algumas perguntas presentes nos roteiros de entrevistas para:

Diretores:

Qual o número de alunos na escola?

Há horta na escola?

Há desafios com relação à alimentação dos alunos?

Há algum caso de aluno em situação de vulnerabilidade?

Merendeiras:

Conseguem seguir o cardápio da CODAE?

Nos últimos anos, quais alimentos a escola tem recebido?

Os alunos aceitam a alimentação servida?

Agricultores:

O senhor trabalha no campo há quanto tempo?

Faz parte da Cooperapas há quanto tempo?

O que acha da assistência técnica fornecida pela CAE?

Tem acesso ao crédito do PRONAF?

Quais são os maiores desafios que enfrenta como agricultor familiar?

Quais as vantagens e desafios de fornecer para o PNAE?

Integrantes da CODAE e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE):

Quantos estudantes da rede municipal consomem a alimentação escolar diariamente?

Como é feita a elaboração do cardápio?

Há registros de alunos em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional?

Como é o diálogo da Secretaria Municipal de Educação com as escolas?

Há algum treinamento ou mecanismo de capacitação para diretores e merendeiras?

Há um mapeamento de hortas escolares?

Há algum processo de educação alimentar e nutricional para os alunos?

Há parcerias com ONGs ou entes privados?

Quais os principais desafios da alimentação escolar?

Como é a atuação do CAE?

Demais entrevistados:

Na sua opinião, qual deveria ser o papel do poder público (União, Estados e Municípios) para estimular e/ou fortalecer a agricultura familiar?

No cotidiano, quais os principais entraves para que estes papéis não sejam cumpridos como foram formulados?

Em relação à Prefeitura de São Paulo, como as diferentes gestões tratam o tema da agricultura?

Qual a sua opinião sobre o panorama alimentar na cidade de São Paulo?

Considerando o legado da gestão passada e as medidas da atual gestão, como as discussões sobre segurança alimentar e agricultura familiar podem se apresentar em um futuro próximo?

Quais as suas perspectivas para o futuro da indústria alimentícia?

Você pode me indicar, por favor, três pessoas que eu poderia entrevistar para aprofundar minha pesquisa?